

INVESTIGAÇÃO

Bolsonaro acusa Lula e Moraes de perseguição

Ex-presidente chama a ação da PF de “pesca em piscina” e diz que nada será encontrado

» ISABEL DOURADO*

O ex-presidente Jair Bolsonaro classificou como “perseguição” a operação de ontem da Polícia Federal contra o filho, o vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ). Ele afirmou desconhecer que os filhos tenham feito qualquer pedido de informações privilegiadas para o então diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Alexandre Ramagem. “Jamais, no meu entender, um filho meu faria uma solicitação dessa, e, se porventura fizesse, pode ter certeza que seria prontamente rechaçado pelo delegado Ramagem. Investiguem, vão a fundo”, disse, em entrevista à CNN.

Bolsonaro destacou que a ação trata-se de uma perseguição por parte do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e sustentou que nada será encontrado. “Eles querem me associar a essa ‘Abin paralela’, mas não vão encontrar nada. É uma pesca em piscina. Não vão tirar um peixe. Estou sendo perseguido pelo governo do Lula”, enfatizou.

Ele afirmou que soube da operação da PF apenas por volta das 9h30, porque, desde as 6h, estava na praia da Joaquina, na região de Angra dos Reis (RJ), e não tinha sinal de celular. “Sempre saio bem cedo para pescar. A pergunta que fica é: por que a PF chegou por volta das 7h30? Por que não chegaram às 6h, como fazem?”, questionou.

Em outra entrevista, à Jovem Pan, Bolsonaro acusou o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), de “perseguição implacável”. Disse que nunca contou com a

Reprodução/CNN



Bolsonaro disse ter sido perseguido por quatro anos: “O que eles estão temendo? A minha altíssima popularidade?”



Nunca existiu Abin paralela para proteger quem quer que seja. É uma perseguição implacável que, no meu entender, o objetivo é esculchar”

Jair Bolsonaro, ex-presidente da República

“inteligência da Abin” para tomar decisões políticas, isso porque os relatórios enviados pela agência “não condiziam com a verdade” e tinham “um viés político bastante forte”.

“Nunca existiu Abin paralela para proteger quem quer que seja. É uma perseguição implacável que, no meu entender, o objetivo é esculchar. Eu não tenho nada a ver com essa questão da busca e apreensão”, frisou.

O ex-chefe do Executivo sugeriu haver uma incoerência na operação da PF, já que o mandado de busca estava em nome de Carlos Bolsonaro, mas foram apreendidos aparelhos eletrônicos na casa dele em Angra dos

Reis. “Eles esperavam, certamente, pegar todos os filhos juntos e fazer um grande evento para a imprensa”, acusou.

“Não quero culpar a Polícia Federal. É uma perseguição implacável por parte do ministro Alexandre de Moraes, é inacreditável o que esse homem faz”, disse. “Eu nunca precisei de nada para chantagear, intimidar quem quer que seja. Eu fui perseguido durante quatro anos. Não tenho com o que me preocupar, não devo nada a ninguém. (...) O que eles estão temendo? A minha altíssima popularidade?”.

***Estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa**

Governo Lula ironiza: “Toc, toc, toc”

» HENRIQUE LESSA

Com a operação de busca e apreensão da Polícia Federal contra o vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ), filho do ex-presidente Jair Bolsonaro, como principal alvo, a comunicação oficial do governo resolveu ironizar a situação em uma campanha de combate à dengue. A iniciativa não foi muito bem-vista, e o ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social (Secom), Paulo Pimenta, correu para justificar a atitude.

Na publicidade nos perfis do governo federal nas redes sociais, uma imagem que mostra uma mão batendo em uma porta e a mensagem “toc, toc, toc” convida a população a receber os

agentes comunitários de saúde para o combate à dengue. A postagem faz referência a um discurso da então deputada Joice Hasselmann, em 22 de junho de 2022, sobre a prisão, naquele dia, de Milton Ribeiro, ex-ministro da Educação de Bolsonaro.

Já no perfil oficial da Secom, uma publicação com o título “Grande dia! Só notícia boa!”, usada com frequência nas postagens de Bolsonaro durante o seu governo, também foi interpretada como outra provocação.

A oposição criticou a postura do governo Lula. O senador Sergio Moro (União-PR) classificou a ação como uma ilegalidade. “A utilização sucessiva da propaganda oficial pela Secom para fazer deboche de adversários

políticos é, além de ilegal, mais um sinal de que este governo Lula confunde o público com o privado. No mais, revela o despreparo do atual secretário”, disparou.

Após as críticas, Pimenta voltou às redes para sugerir que os críticos desconheciam o funcionamento da dinâmica da internet. Disse que não passava de uma estratégia para usar o “algoritmo” das redes, negando a utilização da máquina pública para provocar o adversário.

“É difícil para quem raciocina em uma linguagem analógica tradicional entender o papel dos algoritmos nas ‘janelas de oportunidades e fluxos’ que a comunicação digital precisa considerar”, afirmou. “É como se tivesse um trem em alta velocidade passando. Se

eu ficar na frente, sou atropelado. Se eu embarcar junto, viajo na velocidade do trem, e levo junto a minha mensagem. A mensagem principal é a dengue, o trem é a pauta do dia. É assim que funciona. O resto é especulação e tentativa de tirar o foco do que é central e relevante neste momento.”

A estratégia é recorrente e a comunicação institucional do governo já foi criticada em outras oportunidades, como no ano passado, no meio do escândalo das joias sauditas trazidas ilegalmente para o país pelo ex-presidente. A Secom postou uma menção jocosa ao caso. “Fez uma viagem internacional e trouxe umas coisinhas? Siga as regras e não tenha problemas com a Receita Federal”, dizia a publicação.

No fundo, ele não confia no general Heleno (Augusto Heleno, ministro do Gabinete de Segurança Institucional de Bolsonaro). No fundo, ele não confia no general Ramos (Luiz Eduardo Ramos, foi ministro-chefe da Casa Civil e da Secretaria-Geral da Presidência da República), acrescentou ele, que morreu de infarto 12 dias após a entrevista.

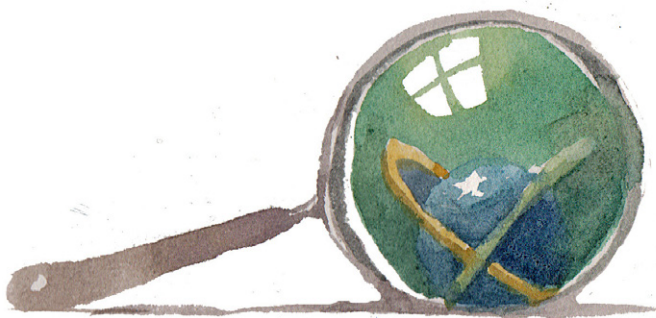
O deputado petista Pedro Uczai (SC) lembrou dessa entrevista ao mencionar as ações de ontem contra o filho do ex-presidente. “A operação da PF na casa de Carlos Bolsonaro é a continuação de uma investigação da existência de uma Abin paralela, que nem foi a oposição (ao governo Bolsonaro) que denunciou, foi o ex-ministro Bebianno, lá do Palácio do Planalto, em 2020, 2021, que já apontava a existência dessa estrutura paralela, inclusive essa denominação de Abin paralela é dele”, ressaltou o parlamentar, ao **Correio**. (HL)

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Inquérito da “Abin paralela” chegou ao clã Bolsonaro

Ward Littell, ex-agente do FBI, advogado de Howard Hughes, e Pete Bondurant, ex-agente da CIA, anticomunista fervoroso, são dois personagens noir de *Tabloide Americano*, de James Ellroy, considerado o melhor romance de 1996 pela crítica norte-americana. Descreve a trama política e mafiosa cujo desfecho foi o assassinato do presidente John Kennedy, em Dallas, no dia 22 de novembro de 1963. Os glamorosos bastidores da Casa Branca são devassados pelos serviços de inteligência.

John Kennedy tinha um caso escancarado com Marilyn Monroe; o magnata Howard Hughes, que financiava a extrema direita supremacista, era um paranoico drogado; Ava Gardner traía Frank Sinatra. O senador Robert Kennedy, que também viria a ser morto, investigava a máfia; o poderoso chefe do FBI, J. Edgar Hoover, vigiava os “comunistas” e o presidente da República; e a CIA investiga todo mundo. Fidel Castro, líder da Revolução Cubana, era o pretexto para toda sorte de atividades ilegais.

Cinco anos depois, Ellroy retomou o fio da história. Wayne Junior, um tira de Las Vegas, chega a Dallas no dia do assassinato de Kennedy, com US\$ 6 mil em espécie no bolso e a função de matar um cafetão negro. Encontra os dois personagens de *Tabloide Americano*: Littell e Bondurant. Após encobrir as pistas que levavam aos mandantes do assassinato de Kennedy, os três mergulham no submundo da política norte-americana da época: crime organizado em Dallas e Las Vegas, Howard Hughes, Ku-Klux-Klan, tráfico de heroína no Vietnã, extremistas de direita e muitas mortes.

As operações de busca e apreensão realizadas, ontem, pela Polícia Federal (PF) no gabinete e nas casas do vereador carioca Carlos Bolsonaro (Republicanos), filho do ex-presidente Jair Bolsonaro, na Barra da Tijuca e em Angra, por ordem do ministro Alexandre de Moraes, seguem os rastros da tentativa de golpe de Estado de 8 de janeiro, mais um capítulo digno de *Tabloide Americano*. São um novo capítulo das investigações sobre a existência de uma “Abin paralela”, durante a gestão do delegado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ), hoje deputado federal, homem de confiança do clã Bolsonaro.

Mesmo com o ex-ajudante de ordens de Bolsonaro Mauro Cid, tenente-coronel do Exército, que fez delação premiada, ainda não há número suficiente ainda para se dizer que havia uma “organização criminosa” no Palácio do Planalto. A não ser que a próxima etapa das investigações chegue aos ministros da Casa. O chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Augusto Heleno, e o candidato a vice de Bolsonaro, general Braga Neto, que foi ministro da Defesa e da Casa Civil, os mais ligados a Bolsonaro, até agora não aparecem na trama.

As ligações da “Abin paralela” com o chamado “Gabinete do ódio”, supostamente comandado pelo vereador Carlos Bolsonaro, é que justificaram as operações de ontem. O envolvimento direto do ex-presidente Jair Bolsonaro, porém, precisaria ser comprovado para que fosse considerado o vértice do esquema ilegal.

Condutas ilegais

A trama da conspiração ganha os ares de romance noir porque o grau de espionagem patrocinada por Ramagem, com apoio de Bolsonaro, lembra os áureos tempos do poderoso chefe do FBI, J. Edgar Hoover Ellroy, e da promiscuidade que havia entre o FBI, a CIA, a máfia e os políticos de extrema direita norte-americanos. Segundo a decisão de Moraes, a Polícia Federal constatou que os dados da ferramenta First Mile periciados “demonstram a realização de 60.734 (sessenta mil, setecentos e trinta e quatro), realizadas no período de 06/02/2019 até 27/04/2021, dentre as quais somente 21.309 (vinte um mil, trezentos e nove registros) retornaram as respectivas geolocalizações.”

O mesmo relatório mostra que o uso do sistema First Mile “apresentou discrepância” em outubro de 2022, mês das eleições daquele ano. Das 60.734 consultas constantes, 30.344 foram realizadas no período eleitoral de 2020. Cerca de 1,5 mil números de telefones teriam sido alvo de espionagem à época, entre os quais os do ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia; do presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG); e da promotora do Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) que investigava as milícias cariocas, inclusive o ex-capitão Adriano da Nóbrega, e as mortes de Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes.

O First Mile é um sistema de monitoramento fornecido pela empresa israelense Cognyte, com sede em Israel, que opera em países como Taiwan, Índia, Chipre, Polônia, Hungria, Romênia, Alemanha, México e aqui no Brasil. Caso os dados tenham sido realmente compartilhados com a sede da empresa em Israel, o caso será ainda mais grave.

A “Abin paralela” foi criada para atender objetivos políticos da família Bolsonaro, entre os quais desmoralizar os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Segundo o Ministério Público Federal (MPF), “o arquivo Prévia Nini.docx mostra a distorção, para fins políticos, da providência, indicando a pretensão última de relacionar a advogada Nicole Fabre e os Ministros do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes com a organização criminosa Primeiro Comando da Capital-PCC, alimentando a difusão de fake news contra os magistrados da Suprema Corte”.

Do ponto de vista institucional, são condutas ilegais que atentam contra a soberania nacional, as instituições democráticas, o processo eleitoral e os serviços essenciais, que podem vir a ser caracterizadas no Código Penal: atentado à soberania (art. 359-I), abolição violenta do Estado Democrático de Direito (359-L), golpe de Estado (art. 359-M), interrupção do processo eleitoral (art. 359-N) e violência política (art. 359-P). Os serviços de inteligência, entre os quais a Abin, nunca foram controlados pelo Congresso. A Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, formada por senadores e deputados, criada para isso, nunca atuou de verdade, apesar das prerrogativas que tem.